

Jornal do Psicólogo

ano 24 n°87 jun/ago 2007

Construindo uma profissão para todos

Gustavo Machala



18 DE MAIO - Mais uma vez, o movimento da Luta Antimanicomial foi para as ruas da capital mineira. Cerca de três mil participantes festejaram com muita alegria e cores o fim dos manicômios e uma sociedade mais justa. Embalados pelo samba enredo "Em meus versos faço o reverso para a gente sonhar", os portadores de sofrimento mental mostraram que um outro mundo é possível com a inclusão de todos, sem diferenças. Sustentando assim, um pensamento vivo e libertário, que tem por insígnia ética "uma sociedade sem manicômios". O movimento contou com o apoio do CRP-MG. Página 9

Desde fevereiro, os psicólogos mineiros vêm se reunindo para traçar os rumos da profissão para os próximos três anos. Eventos preparatórios, pré-congressos e o Congresso Regional - ao todo foram 42 eventos em várias cidades de Minas Gerais com a participação de 2.060 pessoas - um recorde, se comparado ao evento anterior. Aumento da mobilização e maior conscientização da importância da integração da categoria.

Pág. 6

EVENTOS PREPARATÓRIOS

Etapa inicial do VI CNP mobiliza participantes de todo o Estado.

Pág. 4

PRÉ-CONGRESSOS

Profissionais aprovam teses e elegem delegados para o VI COREP.

Pág. 5

CONQUISTA

CRP-MG inaugura dois setoriais.

Pág. 10

PROJETO COLETIVO

Profissionais da Psicologia caminham em busca da mobilização.

Pág. 12

EDITORIAL

Cumprimos uma etapa de nosso processo democrático. A participação de cerca de 900 psicólogos, em todas as regiões de Minas, na produção de teses e no debate de temas caros ao desenvolvimento da profissão, foi de fundamental importância para o avanço do Sistema Conselhos e para a Psicologia brasileira.

Foram 32 Eventos Preparatórios, dez Pré-Congressos. Aprovamos mais de 170 teses. Nossa mobilização de base foi um sucesso, sendo elogiada pelo vice-presidente do CFP durante a realização do VI Corep. Os frutos dessa participação serão colhidos nos próximos três anos, com a implementação das propostas apresentadas por psicólogos de todo o País.

A construção democrática da nossa profissão tem sido o mote de todas as ações do Sistema Conselhos, que vem buscando afirmar o compromisso social da Psicologia. É preciso construir uma Psicologia para todos, mas, que acima de tudo, seja feita por todos, construída coletivamente.

O VI CNP (VI Congresso Nacional da Psicologia), que acontecerá de 14 a 17 de junho, em Brasília, é a etapa final do processo de discussão e decisão sobre as orientações para a atuação dos Conselhos de Psicologia. De Minas Gerais, participarão 15 delegados, eleitos no VI Corep.

Nossa próxima missão são as eleições. O Sistema Conselhos de Psicologia é um dos poucos conselhos de profissão no qual todos os profissionais têm direito a escolher seus dirigentes. Seu voto é essencial para o fortalecimento da democracia em nosso Conselho.

A conclusão de mais esse passo nos dá a segurança de que nossa caminhada está no rumo certo. Além disso, gostaríamos de anunciar a nova composição da Diretoria do XI Plenário: José de Almeida Guedes, conselheiro-presidente; Walter Faria Neto, conselheiro-vice-presidente; Paulo dos Prazeres, conselheiro-tesoureiro; e Roberto Sales, conselheiro-secretário. Parabéns a todos os psicólogos!

Boa leitura!

ELEIÇÕES 2007

Dia 27 de agosto

*Venha exercer a democracia.
Sua participação é muito importante!*

Confira os locais de votação em
nosso site www.crpmg.org.br

VI CONGRESSO NACIONAL DA PSICOLOGIA

De 14 e 17 de junho, em Brasília/DF, acontecerá o VI Congresso Nacional da Psicologia (VI CNP), sob o tema "Do discurso do compromisso social à produção de referências para a prática: construindo o projeto coletivo da profissão". O evento é o ponto máximo de um processo que começou com os eventos preparatórios, realizados em várias cidades do Brasil, passando pelos pré-congressos (sendo um por região); posteriormente pelos Congressos Regionais da Psicologia (COREPs - um por Estado), para chegar ao CNP. Participam do CNP somente os delegados eleitos durante os COREPs.

VÍTIMA DA VIOLÊNCIA

Promovido pelo Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes Violentos, o VII Seminário: "Construção da Cidadania: Sociedade: Vítima da violência?" será promovido nos dias 14 e 15/06, no auditório da Escola Superior Dom Helder Câmara, em BH. O objetivo é analisar a fenomenologia da violência sob um enfoque multidisciplinar e contribuir para a efetivação dos direitos fundamentais.

PSICOLOGIA DA SAÚDE

O "IV Congresso Interamericano de Psicologia da Saúde: Neurociência e Psicopatologia - Interfaces", acontecerá nos dias 28 e 29 de junho, com a presença de especialistas e convidados internacionais para discutir temas como Alzheimer, depressão, AVC, demência e imagem corporal. Haverá também a apresentação de trabalhos e pôsteres. O encontro é uma promoção do Centro de Estudos em Psicologia da Saúde (CEPSIC) do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP. O local escolhido é o Centro de Convenções Rebouças. Informações e inscrições podem ser feitas pelo site www.cepsic.org.br ou pelos telefones (11) 3812-2481 ou 3812-4845.

TERAPIA SISTÊMICA

Acontecerá de 27 a 30 de junho, no Zac Apart Center, em Belo Horizonte, o "Seminário di Terapia Familiare Sistemica secondo il modello di Milano - Il Percorso nella conoscenza del Se", evento conduzido pelo doutor Luigi Boscolo, destinado a treinar terapeutas sistêmicos segundo a Escola de

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA MINAS GERAIS (CRP-MG)

SEDE
Rua Timbiras, 1532 6º andar, Lourdes CEP:
30140-061 Belo Horizonte/MG
Telefax: (31) 2138-6767
e-mail: crp04@crp04.org.br www.crpmg.org.br

ESCRITÓRIOS SETORIAIS
• Triângulo Mineiro - Uberlândia
Tel: (34) 3235-6765
e-mail: uberlandia@crp04.org.br

• Região Sudeste - Juiz de Fora
Tel: (32) 3215-9014
e-mail: sudeste@crp04.org.br

• Sul de Minas - Pouso Alegre
Tel: (35) 3423-8382
e-mail: sul@crp04.org.br

• Norte de Minas - Montes Claros
Tel: (38) 3221-7720

• Leste de Minas - Governador Valadares
Tel: (33) 3225-0475

JORNAL DO PSICÓLOGO

Informativo do Conselho Regional de
Psicologia Minas Gerais (CRP-MG)

Diretoria:

José de Almeida Guedes
Conselheiro-presidente
Walter Mariano de Faria Silva Neto
Conselheiro vice-presidente
Paulo Sérgio dos Prazeres
Conselheiro-tesoureiro
Roberto da Silva Sales
Conselheiro-secretário

AGENDA

Milão, com atendimentos clínicos e supervisão centrada na pessoa do terapeuta. Os participantes receberão certificado emitido pelo Centro Milanese di Terapia della Famiglia. São somente 80 vagas e mais informações podem ser obtidas pelo telefone (31) 3313-8066 ou pelo e-mail clinicaespacogente@globo.com

MÍDIA E PSICOLOGIA

O Conselho Federal de Psicologia, a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP) e o Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro promovem, na capital carioca, de 28 a 30 de junho, o seminário "Mídia e Psicologia: produção de subjetividade e coletividade". O evento tem como objetivo discutir as influências da mídia sobre a produção da subjetividade humana. Os três dias de debate trarão profissionais renomados da área da Comunicação brasileira, entre jornalistas, publicitários e formadores de opinião, sempre ladeados por psicólogos com conceituada produção nessa discussão. As inscrições de trabalhos (apresentações orais) já estão abertas. Mais informações, acesse o site www.pol.org.br ou pelo telefone: (61) 2109-0107.

COLÓQUIO

De 2 a 5 de julho, em Belo Horizonte, a Faculdade de Psicologia Puc Minas realizará o I Colóquio Interinstitucional de Laboratórios de Psicologia. O evento contará com a participação de várias instituições de ensino da Psicologia, além de apresentações de trabalhos e palestras em seus quatro dias de programação. O prazo para inscrição dos trabalhos termina no dia 28 de maio. O colóquio pretende abrir um espaço de debate e estímulo à produção científica entre os laboratórios de Psicologia, no contexto de instituições de formação superior e de credenciamento profissional. Informações pelo site www.pucminas.br/coloquio_psicologia.

Conselho Editorial:

Robson Abreu, Humberto Cota Verona,
João Carlos Vale, Rodrigo Tôres, Roberto da
Silva Sales, Lúcia Helena Garcia Bernardes
e Wladimir Riomar

Diagramação, fotos e layout - Ascom CRP-MG

Jornalista Responsável:
Robson Abreu - MG 05275 JP
ascom@crp04.org.br

Redação:
Gustavo Machala - MG 11780 JP
ascom1@crp04.org.br
Relações Públicas: Nathalia Monteiro
RP 571/2006
rp@crp04.org.br

Estagiária: Janaína Rochido
comunica2@crp04.org.br
Revisão: Márcio Rubens Prado
Tiragem: 20 mil exemplares

NÃO À REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL

Comissão de Direitos Humanos CRP-MG

Chocados ficamos todos os dias! Um crime bárbaro acontecido com uma criança sempre nos conduz ao inevitável da questão: por que morremos e matamos desgraçadamente?

Existem crianças que matam crianças, jovens que matam jovens, homens matando e morrendo simplesmente porque a violência faz parte da vida, mas não pode ser desvinculada de um quê de subjetividade que mistura tanto a naturalização do ato violento quanto sua impensada dose de roubo e desapego à vida.

Cinco jovens roubam e matam, lançando na crônica do dia o bandido feroz, cuja idade imatura não desfigura a gravidade do ato; logo, a vingança da pena que passa a ser exacerbada.

Como pode um adolescente matar dessa forma e ficar 'só' três anos 'preso'? Deve ser trancafiado, excludo e excluído, porque seu ato não se justifica sem vontade ou consciência. Dos cinco que mataram, ele deve pagar mais um pouco, indo além da adolescência, pagando, como homem que sabe o que faz, o mal feito de alguns; e ainda tendo que levar o ônus dos adultos que se voltam contra os jovens pobres, exigindo penas mais duras, eximindo-se de responsabilidades, pois a pena deve ser estendida de modo a incluir na cadeia do nosso sistema penal, prisional, aqueles que não têm lugar entre a infância e a adultez. A adolescência, entendida enquanto não-lugar, agravada pela brutal e hedionda ausência do Estado, personificada num jovem desajustado e violento, que conhece a realidade, mas desconhece a moral e os preceitos do homem social. Besta-fera deve ser mantido preso por vários anos e depois solto; agora, com a desenvoltura da escola do crime, horda de excluídos de todas as ordens: familiar, social, moral, religiosa, cultural, econômica, finalmente humana.

SOMOS APTOS À BARBÁRIE, SÓ NÃO PODEMOS CONVERTER EM BANALIDADE A MORTE, O CRIME E A JUVENTUDE POBRE, ISOLADA E SEM PERSPECTIVAS. TAMBÉM NÃO PODEMOS CEDER À TENTACÃO DE NOS VINGARMOS COM ÓDIO E TAMBÉM PRAZER, DA MALDIÇÃO DO ADOLESCENTE QUE MATA SEM DECÊNCIA, HUMANIDADE OU PUDOR.

Passado algum tempo desde o crime bárbaro e o estado de choque emocional no qual a nação se encontrava, precisamos colocar no lugar algumas questões e pontos de urgência que vieram à tona a partir do fato ocorrido. Perguntamo-nos, então, o que restou do ato de barbárie? Bem sabemos que os maiores envolvidos no crime estão sofrendo a incidência da lei e o transcurso processual normal. O adolescente, partícipe no assassinato, por sua vez sofre as conseqüências do ato cometido, a partir das previsões legais presentes no Estatuto da Criança e do Adolescente. Essas prevêm até três anos de cumprimento de medida sócio-educativa de internação em Centro sócio-educativo conforme os princípios do ECA. Mas, por que será que parte da população, da mídia e dos poderes constituídos, legislativo, judiciário e executivo - acham que três anos de internação não são

suficientes para casos como esses que temos visto?

Antes de ensaiarmos nossa resposta, precisamos dizer que somos totalmente contrários à redução da maioridade penal: 1- não se resolve a questão atacando o indivíduo, colocado como sintoma social, desconhecendo as causas da violência e da criminalidade e, sobretudo, o envolvimento de adolescentes com atos infracionais dessa natureza; 2- a discussão sobre a redução da maioridade penal vem sempre como uma resposta irracional a um apelo da sociedade, constantemente traduzido pela grande mídia como sendo uma demanda pela redução da maioridade penal; mas, na verdade, o apelo é mais complexo, tocando naquilo que podemos definir como um apelo ou demanda por justiça social; 3- o perigo de criminalização da adolescência, com o corolário da atribuição de um topus, lugar, de criminoso, perigoso, delinqüente, pela via da exclusão, segregação, confinamento, a todo adolescente que apresente um comportamento contraproducente; 4- inclusão dos adolescentes num sistema penal falido, ou mesmo num novo lugar, que dizem mais apropriado para tais jovens e comportamentos que, na verdade, seria mais uma fábrica de produção de miséria humana e criminalidade; 5- devemos cumprir o ECA e lutar pela implementação do Sistema Nacional de Atendimento Sócio Educativo - Sinase -, garantindo a internação para o adolescente, conforme os princípios humanos mais fundamentais; 6- não podemos viver sob a sombra do Direito Máximo, lei e ordem para o maior número de cidadãos, permitindo que anseios totalitários defendam uma punição sempre mais severa, tendo, por ex., no aumento das penas (justiça retributiva), a razão maior da justiça; 7 - devemos pensar a questão como sendo da ordem de uma justiça dita restaurativa, em que o crime é visto como a história de segregação do condenado, antes vítima da sociedade, expressão de uma história de conflitos: interindividuais, relações de antagonismo, oposição, exclusão e de rivalidade constante, que se estabeleceram entre a sociedade e o sujeito que se encontra condenado ou em cumprimento de medida de internação.

Preferimos uma visão mais ampla da questão, em que marcamos uma diferença fundamental entre o positivismo criminológico, que busca as causas do problema nos indivíduos, destacando uma consciência individual, vontade, personalidade, genética, caráter, como sendo fatores exclusivos na determinação dos atos criminosos ou violentos, e a chamada criminologia crítica, que busca uma apreensão mais ampliada em que o sujeito que comete o ato infracional não pode ser separado do ato propriamente dito e muito menos da idéia que fazemos da vítima e do controle social formal e informal. Para tanto, a chamada criminologia crítica investe o corpo do social e da sociedade como responsáveis pela causação multifatorial dos fenômenos criminógenos.

Por que somos contrários ao aumento do tempo de internação dos adolescentes privados de liberdade que cometem atos violentos? A exposição de motivos, elencados acima, dá margem para respondermos à questão. Assim como reduzir a maioridade penal não resolve, aumentar o tempo de internação também não. Ambas as respostas vislumbradas pelo 'emocionalismo' social não são necessárias e nem suficientes para o enfrentamento da questão.

Já que não podem mudar o ECA, pois alguns princípios são pétreos, etc., querem modificar e ou acrescentar um parágrafo, aumentando o tempo da internação para aqueles que cometem os chamados crimes violentos,

homicídio, etc. Retornamos à pergunta: "É necessário e ou suficiente procedermos assim?" Pensamos que não...

Defendemos, portanto, o ECA; a implementação efetiva do Sinase; aprovação do projeto de lei de execução das medidas sócio-educativas; intensificação da aplicação das medidas em meio aberto e avaliação e maior controle na aplicação das mesmas; aumento no número de vagas na semi-liberdade; fim da reprodução do modelo carcerário adulto na privação de liberdade para adolescentes com os abusos recorrentes, ênfase na disciplina, controle, ortopedia, punição, em contraposição a um modelo que seja de fato sócio-educativo, enfatizando aspectos sociais, antropológicos, psicológicos, pedagógicos, econômicos, que favoreçam os processos históricos e as múltiplas formas de subjetivação.

Pensamos que os adolescentes que cometem um homicídio, por exemplo, devem receber uma medida de internação de no máximo três anos de privação de liberdade. Deverão cumpri-la em estabelecimento adequado, conforme prevê o ECA, respeitando-se as características de cada sujeito, idade, compleição física, etc. Nesse local, os adolescentes devem receber assistência médica, odontológica, psicológica, social, pedagógica, jurídica, espiritual. Devem ter acesso a escolas, cursos profissionalizantes, trabalho, esportes, lazer, convivência familiar, etc. A equipe técnica de cada Centro de Internação deverá fornecer, de tempos em tempos, para as autoridades competentes, promotoria e Juizado da Infância e da Juventude, relatórios interdisciplinares sobre os adolescentes e a implicação dos mesmos no cumprimento da medida de internação.

Defendemos a individualização máxima da medida sócio-educativa, a responsabilização e a subjetivação dos atos. Pensamos numa perspectiva em que subjetividade, processo, etc., devem favorecer a emergência de sujeitos historicamente construídos, atravessados por múltiplos fatores e causas, sobredeterminados pelo social que os constitui.

Devemos opor, ainda, dois discursos. Um da ressocialização, que vê no disciplinar, 'pedagógico', comportamental, punição, etc., métodos adequados para o modelo de internação de adolescentes. Este pode ser chamado de positivista e encontra eco em algumas políticas vigentes. Outro prioriza a reintegração social e se baseia numa perspectiva de inclusão, histórica e não linear, cujos modelos sociológicos, antropológicos, psicológicos, pedagógicos, etc., estariam a serviço dos sujeitos, grupos e coletividades e não da reprodução do modelo liberal e capitalista de exclusão, segregação, etc., muito em voga em algumas políticas públicas de privação de liberdade para adolescentes em conflito com a lei.

No último, destacamos que a privação de liberdade não é, e não pode ser, solução para a vida e que podemos e devemos construir outras saídas para as nossas crianças, adolescentes, jovens e adultos.

ATENÇÃO

O Sindicato dos Psicólogos de Minas Gerais (Psind-MG) solicita àqueles que ainda não o fizeram, que façam, com urgência, o pagamento da Contribuição Sindical e Confederativa 2007.

A entidade possui várias lutas na frente. Uma delas é a precarização do trabalho do profissional da Psicologia. O Psind-MG informa que, no último 18 de maio, na reunião ampliada presencial da Fenapsi, foi tirado como indicativo um piso salarial para a categoria no valor de quatro salários mínimos para carga horária de 20 horas semanais; e de seis salários mínimos para aqueles que trabalham 30 horas semanais. Faça valer seus direitos, participe! Acesse www.psindmg.org.br

EVENTOS PREPARATÓRIOS: 1524 PARTICIPANTES

Foram realizados 32 eventos preparatórios, que reuniram 1524 participantes, em diversas cidades mineiras. Os encontros foram os primeiros contatos dos profissionais com a temática do VI Corep e envolveram palestras e mesas-redondas.

Na Região Metropolitana de BH, foram quatro encontros que abordaram temas como As possibilidades de intervenção do Psicólogo nos Direitos Humanos, Psicologia e Políticas Públicas e Possibilidades do Ser e do Fazer do Psicólogo nas instituições e organizações.

A região do Sul de Minas mobilizou cerca de 300 participantes para falarem sobre Empregabilidade e diálogos de referência para a prática.

Além do tema principal do VI CNP - *Do discurso de compromisso social à produção de referências para a prática* -, as Regiões Norte, Leste e Sudeste também apontaram outras propostas para discussão, tais como Aspectos da Atuação do Psicólogo na Região Leste e Os desafios do trabalho interdisciplinar na instituição.

Na Região do Triângulo Mineiro, foram abordados vários temas como *O Psicólogo na comunidade; Infância e adolescência - referências para a prática; O papel do Psicólogo nas políticas públicas; Compromisso social e a prática do Psicólogo; e Responsabilidade social do Psicólogo*; e também *Quem faz psicologia social?*



Evento preparatório do CREPOP



Apresentação do grupo Painela de Expressão durante o evento preparatório



Evento preparatório de Divinópolis



Maria Coeli Simões Pires, palestrante



Professor Lincoln, da UFMG



Evento preparatório de Lagoa Santa



Evento da CPTO e COE



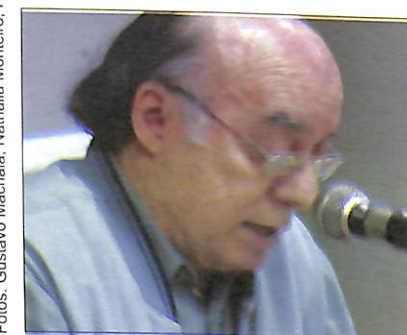
Fernando Silveira palestrante de Uberaba



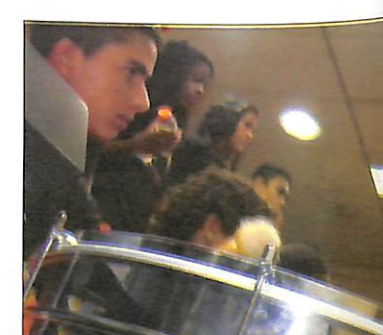
Evento Preparatório do CREPOP



Evento preparatório de Gov. Valadares



Célio Garcia, conferencista



Apresentação do grupo Painela de Expressão durante o evento preparatório

RAIO RAIO X RAIO X

Número de participantes por cidade

ALFENAS: 60	MURIAÉ: 98
ARAGUARI: 42	PASSOS: 11
ARAXÁ: 7	PATOS DE MINAS: 79
BARBACENA: 48	PIRAPORA: 13
CAETÉ E SABARÁ: 11	POÇOS DE CALDAS: 9
COMISSÕES: 47	UBÁ: 161
CREPOP: 102	UBERABA: 159
DIAMANTINA: 11	UBERLÂNDIA: 84
FÓRUM DAS ENTIDADES, COE E CPTO: 36	VARGINHA: 51
VALADARES: 34	
IPATINGA: 5	
ITABIRA: 8	
ITAJUBÁ: 42	
ITAOBIM: 17	
ITUIUTABA: 80	
JUIZ DE FORA: 46	
LAGOA DA PRATA: 41	
LAGOA SANTA: 48	
LAVRAS: 162	
MANHUAÇU: 12	



Fotos: Gustavo Machala, Nathalia Monteiro, Roberto Caiata e Robson Abreu

PRÉ-CONGRESSOS: CONSTRUINDO UM PROJETO COLETIVO

Os pré-congressos são as instâncias do VI Congresso Regional de Psicologia no qual os psicólogos têm a possibilidade de construir e aprovar teses. É nesse momento também que são eleitos os delegados para o VI Corep.

Nos dez pré-congressos, realizados nas mais importantes regiões do Estado, foram elaboradas 173 teses e elegeram-se 131 delegados.

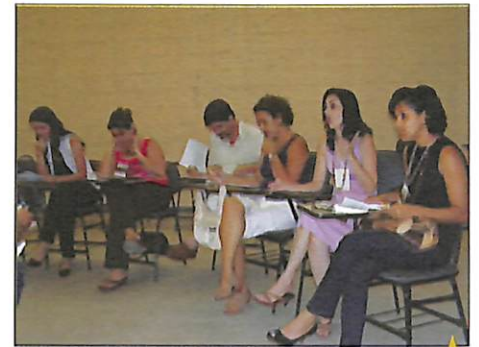
Os pré-congressos foram o ápice das discussões do tema do VI CNP *Do discurso do compromisso social à produção de referências para a prática* e seus eixos. Em Belo Horizonte, a temática foi abordada pela psicóloga Regina Helena de Freitas Campos. No entanto, algumas regiões abordaram temas específicos.

Em Uberaba, o professor e advogado Fernando Almeida Silveira prendeu a atenção dos psicólogos que compareceram ao auditório 2C01 da Universidade de Uberaba, Campus Aeroporto, no dia 31 de março, com a palestra sobre *O saber psicológico na constituição de si, do outro e da sociedade: um olhar foucaultiano e fenomenológico*.

Já em Uberlândia, o tema *Política Nacional de Assistência Social: a participação do Psicólogo nos setores público, privado e terceiro setor*, foi abordado pelos psicólogos José Jonas Lacerda Dias, Fernanda Nogueira Campos e Nara Cristina Resende Gomes.

Na cidade de Divinópolis, região Centro-Oeste, o tema *A Constituição de 1988, as trans-*

formações sociais e a contemporaneidade do compromisso social da Psicologia: algumas referências de construção de um projeto coletivo para a profissão, a partir da experiência e reflexão de duas psicólogas em Minas Gerais foi tratado pelas psicólogas Mariza Sanabria e Rosely Fantoni Silva, que levaram à reflexão do papel da mulher na sociedade atual.



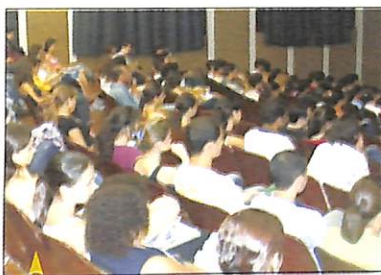
UBERLÂNDIA: 62 pessoas presentes, 44 delas psicólogos. 16 delegados efetivos eleitos e 18 teses aprovadas



MONTES CLAROS: 131 pessoas presentes, 44 delas psicólogos. 16 delegados efetivos eleitos e 13 teses aprovadas



IPATINGA: 12 pessoas presentes, 10 delas psicólogos. 5 delegados efetivos eleitos e 2 teses aprovadas



UBERABA: 55 pessoas presentes, 19 delas psicólogos. 7 delegados efetivos eleitos e 9 teses aprovadas



BELO HORIZONTE: 89 pessoas presentes, 76 delas psicólogos. 31 delegados efetivos eleitos e 66 teses aprovadas.

JUIZ DE FORA: 38 pessoas presentes, 14 delas psicólogos. 7 delegados efetivos eleitos e 12 teses aprovadas



VALADARES: 33 pessoas presentes, 23 delas psicólogos. 11 delegados efetivos eleitos e 10 teses aprovadas



POUSO ALEGRE: 43 pessoas presentes, 36 delas psicólogos. 16 delegados efetivos eleitos e 20 teses aprovadas



DIVINÓPOLIS: 100 pessoas presentes, 33 delas psicólogos. 16 delegados efetivos eleitos e 11 teses aprovadas



SÃO JOÃO DEL REI: 17 pessoas presentes, 12 delas psicólogos. 6 delegados efetivos eleitos e 12 teses aprovadas

Colaboração de texto e fotos: Larissa Leite (Valadares), Érica Procópio (Juiz de Fora) e Lurdinha Lara (São João Del Rey), Nathalia Monteiro, Gustavo Machala e Robson Abreu.

CONGRESSO REGIONAL DA PSICOLOGIA

Psicólogos discutem as diretrizes do Sistema Conselhos para os próximos três anos durante três dias em Hotel Fazenda

Gustavo Machala



Da esquerda pra direita: Roges Carvalho (Psind-MG), Rogério Oliveira (CRP-MG), Humberto Verona (CRP-MG), Marcus Vinícius (CFP), Wallace Medeiros (ABEP) e José Carlos Meireles (representando os estudantes mineiros), durante a abertura do VI Congresso Regional de Psicologia, em Jaboticatubas

Sucesso. Assim pode ser definido o VI Congresso Regional da Psicologia (VI Corep), promovido pelo Conselho Regional de Psicologia Minas Gerais (CRP-MG), de 4 a 6 de maio. O encontro reuniu cerca de 170 pessoas no Hotel Fazenda Canto da Siriema, em Jaboticatubas, Região Metropolitana de Belo Horizonte. O VI Corep foi o ápice de uma série de eventos organizados em todo o Estado. Foram discutidas, pelos delegados eleitos nos pré-congressos, 156 teses, compiladas a partir de propostas de todo o Brasil.

O objetivo do VI Corep, segundo o presidente do CRP-MG, Humberto Cota Verona, foi elaborar e aprovar propostas que serão levadas pelos 15 delegados eleitos durante o evento para o VI Congresso Nacional da Psicologia (VI CNP), que acontecerá entre os dias 14 e 17 de junho, em Brasília. "Na capital federal, discutiremos as teses apresentadas e aprovadas em todos os Coreps do País. As propostas aprovadas servirão como diretrizes para o funcionamento do Sistema Conselhos no próximo triênio", informa Verona.

A solenidade de abertura foi marcada pela palestra-tema do evento "Do discurso do compromisso social à produção de referências para a prática: construindo o projeto coletivo da profissão", ministrada pelo vice-presidente do Conselho Federal de Psicologia, Marcus Vinícius Oliveira da Silva. A boa notícia, dada por Marcus Vinícius foi que, o CRP-MG teve o melhor desempenho na

mobilização dos psicólogos para a participação nos eventos. "O Conselho Regional 04, CRP-MG, é o conselho que teve o melhor desempenho do ponto de vista do cumprimento da sua tarefa de mobilizar os psicólogos e de criar hoje as condições para que pudessem eleger o maior número de delegados proporcionalmente entre todos os conselhos", avaliou o vice-presidente do CFP.

A informação, comemorada por todos, mostrou o bom trabalho de articulação promovido pelo XI Plenário em todo o Estado. Para Rogério Oliveira, coordenador da Comissão Organizadora do VI Corep, o evento foi realmente uma representação de base. "Movimentamos mais de 2000 pessoas em três meses e o Congresso pôde consolidar as discussões que ocorreram em todo o Estado".

De acordo com Marcus Vinícius, mesmo com o Brasil tendo sido o primeiro país do mundo a reconhecer a Psicologia como profissão - associando-a a um conjunto de saberes e à necessidade de um curso superior -, ainda falta um discurso estruturado, a fim de convencer a sociedade de sua importância e da capacidade de organização política de seus profissionais. "Os psicólogos são plurais e diversos, por isso a importância do envolvimento de todos na busca do fortalecimento da profissão", afirma o psicólogo.

No sábado pela manhã, os grupos de discussão foram divididos de acordo com o número

de teses - que puderam ser reformuladas e alteradas pelos participantes. Já no domingo, durante a Plenária para as deliberações coletivas, os delegados ratificaram ou reprovaram as mudanças efetuadas.

As teses foram divididas em três eixos, que nortearam o tema do VI CNP: aperfeiçoamento dos processos democráticos do Sistema Conselhos; intervenção dos psicólogos nos contextos institucionais; e diálogos para a produção do projeto coletivo da profissão. Cada um desses pontos foi discutido nos grupos de trabalho, o que permitiu que cada profissional pudesse trazer sua contribuição pessoal para o projeto coletivo da profissão.

PARTICIPAÇÃO EFETIVA

Rodrigo Dubtchek, delegado pelo sul de Minas, especializado em Psicologia do Trânsito, além de trazer contribuições para sua área de trabalho, participou dos grupos que discutiram propostas diferentes. "Participar de outros grupos e discussões foi uma forma de ampliar meus conhecimentos e abrir novas possibilidades, além de conhecer outros colegas", disse o psicólogo.

Já Fabiana Marins, delegada eleita em Divinópolis, acredita que o evento foi importante para aprender mais sobre a profissão e as discussões coletivas. "Senti-me mais perto da realidade da categoria, além de ser uma boa oportunidade de

TEM 131 DELEGADOS

da na Região Metropolitana de Belo Horizonte



Fotos Gustavo Machala

Rodrigo: conhecimento e troca de informações foram fundamentais para o sucesso do VI Corep



Pláteia: integração dos profissionais



Teses: aprovação e discussão



Gláucia, Marisa Luedi e Marisa Alves: mobilização do Triângulo mineiro



Estudantes: participação para garantir o futuro dos profissionais



Delegados: 15 psicólogos representarão Minas Gerais durante o VI Congresso Nacional da Psicologia

apresentar nossas necessidades e apoiar outras propostas", afirmou.

Ao contrário de Fabiana, Gláucia Galante, delegada por Uberlândia, no Triângulo Mineiro, disse já conhecer as questões políticas e sociais da Psicologia, apesar de participar pela primeira vez do Corep. Ela conta que, a princípio, pretendia participar de discussões sobre questões sociais e a inserção dos psicólogos nas instituições, mas acabou se envolvendo em todos os assuntos.

"É necessário que os delegados se lembrem da importância de seu papel na Psicologia, a fim de melhorar a categoria e, conseqüentemente, a sociedade brasileira", disse Ricardo Ribeiro de Oliveira Resende, delegado de Entre Rios, que promove atividades com populações carentes em sua região.

VI COREP SUPERA PARTICIPAÇÃO DO V COREP

O VI Corep movimentou mais de 2000 pessoas de todas as regiões do Estado. Ao todo, as discussões e os debates deram origem a 173 propostas de mudanças e intervenções do Sistema Conselhos para os próximos três anos.

Os encontros para o VI Corep começaram com os eventos preparatórios, nos quais os psicólogos, estudantes e outros profissionais puderam ter acesso à temática que seria desenvolvida nos seguintes três meses. Os 33 eventos preparatórios reuniram cerca de 1500 pessoas de diversas cidades mineiras

Já os Pré-Congressos, segunda etapa do processo de discussões, no VI Corep, conseguiram superar o número de psicólogos que participaram do último evento, o V Corep, em cem participantes no total. Isso permitiu que fossem eleitos 131 delegados efetivos e 40 suplentes em 10 Pré-Congressos, um número mais expressivo que em 2004, no qual foram eleitos apenas 75 delegados efetivos. Confira abaixo o comparativo dos resultados do V e VI Corep (gráfico 1), além da boa avaliação do Congresso feita pelos delegados eleitos (gráfico 2).

Delegados Eleitos

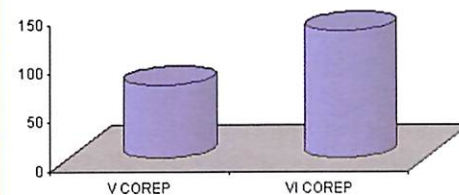


Gráfico 1 - Delegados eleitos nos COREP's

Organização do VI COREP

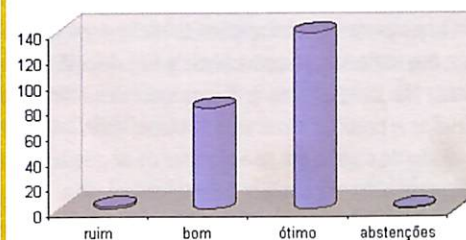


Gráfico 2 - Avaliação dos delegados participantes do VI Congresso Regional da Psicologia MG

ACONTECEU



Evento internacional interage com os psicólogos

XI COLÓQUIO DE PSICOSSOCIOLOGIA E SOCIOLOGIA CLÍNICA DISCUTE RUPTURAS E VÍNCULOS SOCIAIS

Realizado entre os dias 10 e 13 de abril, com apoio do Conselho Regional de Psicologia Minas Gerais, o XI Colóquio Internacional de Psicossociologia e Sociologia Clínica reuniu cerca de 700 pessoas na Universidade Federal de Minas Gerais. O Colóquio foi organizado para possibilitar debates sobre os temas *Trabalho, Saúde, Instituições e Ação Política*, aprofundando discussões sobre emergentes questões sociais, políticas, econômicas e ambientais no contexto globalizado.

Os profissionais, estudantes de graduação e pós-graduação e pesquisadores das mais diferentes áreas reuniram-se em diversas salas e auditórios da Fafich, que estava amplamente mobilizada para o atendimento dos visitantes. O comitê científico do evento contou com profissionais de diversos campos, oriundos de várias regiões do país e do mundo, como França, Bélgica e Suíça, entre outros. Na programação incluíram-se simpósios, minicursos, mesas-redondas e reuniões de sociedades científicas.

Para Anna Cássia Lisboa Corgozinho, coordenadora da Equipe Técnica do CRP-MG, que participou do evento, um dos pontos mais importantes foi a possibilidade de ter contato com profissionais de outras nacionalidades. "A experiência dos estrangeiros em medidas socioeducativas é bem interessante e serve de exemplo para nós, que estamos construindo nosso fazer nessa área", afirmou.

A Sociologia Clínica e a Psicossociologia oferecem importantes contribuições teóricas e metodológicas em variados campos sociais em debate atualmente. Na saúde, suas análises permitem articular reflexões e práticas clínicas e sóciopolíticas na compreensão do sujeito em suas formas de negociação de condições afetivas, sociais e materiais de vida.

O encontro buscou unir o saber teórico e o saber prático com a proposta de uma intervenção psicossocial, que oriente políticas públicas de saúde e incremente as formas de participação coletiva e a transformação das relações sociais.

CRP-MG APÓIA VIII CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL

Promovido pela Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (Abrapee) e pela Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ), o VIII Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional, realizado de 26 a 29 de abril, em São João Del Rei, com o apoio do Conselho Regional de Psicologia Minas Gerais, teve como um de seus objetivos fomentar o desenvolvimento de estratégias políticas a serem implementadas por psicólogos escolares e educadores para melhorar as condições educacionais do País. Cerca de 1400 profissionais e estudantes puderam participar de simpósios, minicursos, mesas-redondas e fóruns, compartilhando experiências e dificuldades do seu dia-a-dia nas escolas.

Além de participantes de todos os Estados do Brasil, estiveram presentes também representantes do México, Cuba e Portugal. Ao todo, o congresso contou com seis conferências, três fóruns e três exposições que estiveram abertas à visitação durante todo o evento. Foram realizados também 55 simpósios, 45 mesas-redondas, 287 trabalhos de comunicação oral, 49 minicursos, 183 painéis, entre outros.

O minicurso *"Ética profissional e Psicologia escolar: formação, atuação e compromisso com a profissão"*

foi ministrado pelos conselheiros do CRP-MG Walter Mariano de Faria Silva Neto, Helena Ornellas Silvieri Pereira e Túlio Louchard Picinini, que abordaram a associação entre ética, formação e exercício profissional do psicólogo no campo escolar/educacional.

Walter Mariano, também presidente da Comissão dos Psicólogos da Educação do Conselho Regional de Psicologia Minas Gerais, levou ao fórum de discussão do evento posições políticas acerca dos projetos de lei do Estado de Minas Gerais sobre a questão da inserção do psicólogo escolar/educacional nas redes públicas de ensino. Na assembléia ocorrida no final do evento, foi levantada a necessidade da Abrapee buscar articulação com o Sistema Conselhos para apreciação conjunta dos projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional que versem sobre a relação entre Psicologia e Educação. Os participantes da Assembléia concordaram com a necessidade urgente de uma discussão ampliada sobre o tema, envolvendo a discussão com algumas das entidades nacionais da Psicologia, como a Associação Brasileira de Psicologia, para verificar a pertinência da elaboração de um projeto de lei sobre a inserção dos psicólogos em contextos educacionais.

EM PROL DE UM MUNDO SEM CÁRCERES

Na contramão da opinião pública, alavancada por crimes cruéis cometidos recentemente, e de um Congresso Nacional que parece se empenhar em aumentar a força das punições em nosso país, um grupo de profissionais, entre eles psicólogos, advogados, juizes e pesquisadores, reuniu-se, em Belo Horizonte, para discutir o fim possível das prisões. O encontro - evento preparatório para o *"Seminário Internacional: o fim possível das prisões"*, foi realizado nos dias 20 e 21 de abril, no auditório da Faculdade de Direito da UFMG e no Conselho Regional de Psicologia Minas Gerais (CRP-MG) -, contou com o apoio do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e também do CRP-MG.

O evento teve como função ouvir profissionais especializados no tema e preparar o terreno para uma discussão mais ampla, que acontecerá em Brasília, nos dias 25 e 26 de outubro de 2007. Esse encontro é uma iniciativa do Conselho Federal de Psicologia (CFP), com apoio do grupo de profissionais da entidade, que apresentou uma oficina sobre o tema no Fórum Social Mundial de Caracas, em 2006.

Para Marcus Vinícius, vice-presidente do CFP, responsável pelo projeto em torno do sistema prisional, essa idéia não é descabida, pois os psicólogos vêm trabalhando com o tema há bastante tempo. "Isso é uma caminhada que começou a partir da luta antimanicomial. Em Belo Horizonte, tivemos uma experiência importante com os loucos infratores e temos abordado o tema com os adolescentes em conflito com a lei", completa.

Para criticar o caráter desumano do sistema prisional, o lema do projeto é "o que foi feito para excluir, não serve para incluir". De acordo com o vice-presidente do CFP, o ponto específico a ser discutido no seminário em Brasília será quais são as contribuições possíveis da psicologia que poderiam fazer o sujeito se responsabilizar junto ao seu grupo, sem que seja necessário recorrer ao sistema carcerário. Após o

seminário, a intenção é construir uma frente mundial contra manicômios e prisões, com ajuda de outros países que estão engajados na mesma luta.

Rodrigo Tôres Oliveira, presidente da Comissão de Direitos Humanos e conselheiro do CRP-MG, ressalta que o fim das instituições atuais (prisões, manicômios, etc.) não significa o fim de toda e qualquer instituição voltada para a reintegração dos indivíduos à sociedade. "Podem-se criar modelos alternativos, que não tenham o peso das instituições totais", acrescenta. Para Tôres, a proposta é tomar o fim possível das prisões como um horizonte e "o importante é dialogar com a realidade e desconstruir o modelo existente para se pensar em novas estratégias de responsabilização".

O evento, no dia 20, contou com a participação de Maria Lúcia Karan, juíza aposentada e advogada; Salete Oliveira, cientista política e pós-graduada pela PUC de São Paulo, membro do grupo Nusol; e Carlos Nicodemos, advogado e especialista em direitos humanos, coordenador da ONG Projeto Legal. Os três preferiram palestra, no auditório da Faculdade de Direito da UFMG, aberta ao público, que pôde ter voz na discussão sobre o sistema prisional brasileiro.



Seminário: fim das prisões é possível no Brasil?

OLHA O TREM TAN TAN AÍ GENTE!

CRP-MG apóia Luta Antimanicomial e vai para a avenida junto aos portadores de sofrimento mental



Gustavo Machala

Alegria e confraternização marcaram o desfile do Movimento da Luta Antimanicomial, no dia 18 de Maio

O Movimento da Luta Antimanicomial promoveu, no último 18 de maio, Dia da Luta Antimanicomial, um desfile pelas ruas de Belo Horizonte, embalado, este ano, pelo samba *“Em meus versos, faço o reverso para a gente sonhar”* composto pelo portador de sofrimento mental, Márcio Lima, do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) de Contagem. A concentração aconteceu na Praça Sete, tendo o desfile o mesmo trajeto dos anos anteriores, começando na Praça Sete, seguindo pelas avenidas Afonso Pena, Álvares Cabral, Augusto de Lima, rua Espírito Santo e voltando pela Afonso Pena.

A manifestação faz parte de um projeto que luta por uma sociedade sem manicômios e por tratamentos mais humanos aos usuários dos serviços de saúde mental. Neste vigésimo ano de sua existência, o tema da manifestação foi *“O verso e o reverso”*. A proposta do desfile foi intervir no cotidiano da cidade, colocando em cena a loucura, a diferença, o diverso e o reverso, sustentando um pensamento vivo e libertário, que tem por insígnia ética *“uma sociedade sem manicômios”*.

Segundo Marta Elizabeth, coordenadora estadual de Saúde Mental de Minas Gerais, o Estado ainda tem 21 hospitais psiquiátricos, estando em 12º lugar no País, com disponibilidade de três mil leitos. *“Mas nosso objetivo é ocuparmos o último lugar”*, reforça Marta.

Em Minas, existem cerca de 1.300 moradores de hospitais e clínicas psiquiátricas, muitos deles idosos e sem nenhuma ligação com a família. Casos de maus tratos não são raros em todo o Brasil. Como exemplo, o brutal assassinato de Wanderlei Sobrinho, 53 anos, portador de sofrimento mental, morto com 90% do corpo queimado, em uma enfermaria do Hospital João Penido, em Juiz de Fora, em outubro de 2000. O caso até hoje não foi solucionado. Na capital mineira, como denunciou o jornal *Estado de Minas*, no dia 18 de maio, existe uma clínica psiquiátrica particular, no bairro Sion, Região Centro-Sul, na qual os pacientes comem com as mãos e andam nus em locais desprovi-

dos de higiene básica.

Para Sérgio Andrade Duarte, usuário dos serviços de saúde mental do Centro de Convivência São Paulo, da Regional Nordeste, a inclusão e a igualdade social fazem parte desse projeto e do trabalho que nós estamos fazendo. *“Eu queria que as autoridades tomassem conhecimento do que está acontecendo com a saúde. Direitos Humanos é só para as pessoas ricas”*, desabafa ele.

UM OUTRO MUNDO É POSSÍVEL

A Escola de Samba Liberdade Ainda que Tan Tan, novamente com seu canto e encanto, desenvolveu o tema-eixo proposto, dividido em seis alas: Mídia; Meio Ambiente; Criança e Adolescente; Faces da Loucura; Xadrez; e Lutas e Sonhos. Todas as alas apontaram para o prisma e suas mil facetas de possibilidades para a construção de UM OUTRO MUNDO POSSÍVEL, impulsionando para a superação do modelo de sociedade em que vivemos, que perpetua e aprofunda as desigualdades.

Para Políbio de Campos Souza, médico-psiquiatra e coordenador da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, a manifestação tem uma importância política muito grande. *“Principalmente no Brasil, onde as coisas só acontecem sob o influxo e a pressão dos movimentos sociais”*, complementa o coordenador, defensor ativo da reforma psiquiátrica no País.

De acordo com Graziela do Carmo Reis, psicóloga e conselheira do CRP-MG, o maior trabalho da luta antimanicomial é tirar os pacientes do confinamento. *“Hoje, com parte do problema resolvido, o desafio é levá-los a conviver com toda a sociedade”*, disse.

A manifestação do 18 de Maio foi organizada pelo Fórum Mineiro de Saúde Mental, Associação de Usuários dos Serviços de Saúde Mental de Minas Gerais, com apoio do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais e mais sete outras entidades.

ÉTICA

ESPAÇO ABERTO PARA UMA PROFISSÃO DIGNA E RESPONSÁVEL!

Os psicólogos do País são orientados pelo Código de Ética Profissional, cuja nova versão entrou em vigor em 2005. Entre os princípios fundamentais do Código, encontra-se a obrigação de que o psicólogo atue com responsabilidade social e baseie o seu trabalho no respeito e na dignidade. Pelo novo Código, o profissional é responsabilizado pelo seu trabalho e exige-se que o mesmo faça denúncias de irregularidades.

Esta coluna pretende aproximar a Comissão de Ética do CRP-MG, responsável por zelar pelo cumprimento do Código, e a categoria. A Comissão de Ética é uma comissão permanente do CRP, essencial ao seu funcionamento, pois apura as infrações e reclamações acerca de possíveis faltas éticas. Esse espaço será um canal para que possamos, além de prestar contas, orientar e solucionar as dúvidas dos profissionais. As dúvidas poderão ser enviadas para o nosso endereço eletrônico: colunaetica@crp04.org.br

O Código de Ética Profissional trata dos princípios fundamentais e das responsabilidades do psicólogo. Uma das responsabilidades, expressada no artigo 1º do Código de Ética, coloca como dever do psicólogo *“conhecer, divulgar, cumprir e fazer cumprir este Código”*. Esse ponto é de fundamental importância, pois as transgressões ao Código de Ética constituem infração disciplinar e estão sujeitas à aplicação de penalidades, que vão desde a advertência até a cassação do exercício profissional.

As denúncias de transgressão devem ser encaminhadas diretamente ao presidente do Conselho Regional de Psicologia, que a encaminha para a Comissão de Ética, que procederá à apuração, mediante as orientações do Código de Processamento Disciplinar (CPD) – resolução 006/2007 do CFP -, que regulariza os procedimentos de apuração e julgamento das transgressões. Uma vez apurados os fatos, se for constatada a pertinência da denúncia, será instaurado um processo disciplina ético. Após esse processo, será marcada uma audiência e, em seguida, o julgamento, realizado pelo plenário do CRP-MG. Após o resultado no Conselho Regional, é possível apelar ao Conselho Federal de Psicologia, instância máxima para julgar as transgressões éticas.

A Comissão está à disposição dos psicólogos para quaisquer esclarecimentos. E contamos com a participação de todos vocês em nossa coluna Ética!



Aparecida Rosângela, Humberto e o conselheiro Rogério Oliveira durante a solenidade em Montes Claros

O Norte e o Leste de Minas Gerais têm um motivo a mais para comemorar – a inauguração dos escritórios setoriais nas cidades de Montes Claros e Governador Valadares. A iniciativa vem fortalecer o contato com os psicólogos dessas regiões e descentralizar os serviços oferecidos pelo Conselho. Com os dois escritórios, o Conselho Regional de Psicologia Minas Gerais passa a contar com cinco unidades – Juiz de Fora, Uberlândia, Pouso Alegre, Montes Claros e Governador Valadares.

Em Montes Claros, a inauguração, no dia 16 de março, contou com a presença do presidente do CRP-MG, Humberto Cota Verona; da conselheira responsável pelo setorial, Aparecida Rosângela Silveira; e de convidados especiais, como os coordenadores dos cursos de Psicologia, estudantes e cerca de 40 psicólogos da

CRP-MG INAUGURA DOIS ESCRITÓRIOS SETORIAIS

região. Segundo Aparecida Rosângela, o setorial Montes Claros é uma antiga reivindicação dos profissionais, principalmente porque na região tem crescido o número de psicólogos formados. “A região conta com 340 profissionais inscritos no CRP-MG e isso reforça a importância do setorial aqui no Norte de Minas”, avalia a conselheira.

Já em Governador Valadares, os psicólogos foram contemplados com o Setorial Leste, no dia 25 de abril. A inauguração também contou com a presença do presidente do CRP-MG e do presidente do Sindicato dos Psicólogos de Minas Gerais (Psind-MG), Roges Carvalho, além de 30 psicólogos da região. Para o conselheiro responsável pelo Setorial Leste, o psicólogo Adilson Coelho, o escritório servirá para agilizar a entrega de carteiras para os novos psicólogos e dinamizar a relação do Conselho com os profissionais. “Estamos inaugurando um outro tempo de prestação de serviços e de articulação política entre os psicólogos”, afirmou Adilson Coelho.



Adilson Coelho e Humberto Verona descerraram a placa de inauguração do setorial de Governador Valadares

Gustavo Machala



Psicólogos do Leste prestigiam a abertura do escritório de Valadares

Para José Carlos Meireles de Souza, estudante do 7º período de Psicologia e colaborador na organização da infra-estrutura do escritório, o setorial permitirá um maior conhecimento da profissão e das áreas de atuação do psicólogo. “Vamos poder olhar nossa profissão de uma maneira diferente”, completa.

ESPAÇO ABERTO À PESQUISA



Os profissionais da Psicologia, pesquisadores, professores e estudantes agora contam com mais um espaço de pesquisa – o Centro de Documentação e Informação (CDI) Halley Bessa do CRP-MG. O CDI foi inaugurado no dia 20 de abril e passará a ser referência para os profissionais, com um acervo composto de livros, vídeos, periódicos, DVDs, fotografias e folhetos. O acervo conta atualmente com cerca de cinco mil obras.

Na inauguração, foram expostos manuscritos, livros, matérias de jornais e outros objetos pertencentes ao psicólogo e médico psiquiatra Halley Alves Bessa, gentilmente cedidos por seus familiares. O encontro contou com a participação do vice-presidente do Conselho Federal de Psicologia, Marcus Vinícius Oliveira da Silva, da família Bessa, pesquisadores, conselheiros do CRP-MG, ABEP, Psind, psicólogos e estudantes de Psicologia.

Para Marcus Vinícius, o CDI representa o trabalho consistente do CRP-MG em produzir processos de organização e debate que interessem à categoria. “O Centro é mais um recurso à disposição da comunidade de psicólogos e contribui para a formação de nossa história”, completa. A conselheira do CRP-MG, Lúcia Helena Garcia Bernardes, responsável pelo CDI, afirma que toda a categoria e também as entidades parceiras da Psicologia só têm a comemorar com a iniciativa, “ainda mais com um acervo montado com todo o carinho pelo nosso Conselho”, lembra a conselheira.

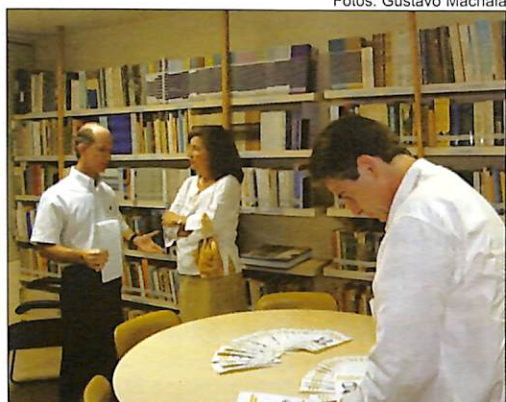


Família Bessa sendo homenageada pelo CRP-MG

Halley Bessa foi membro da primeira gestão do Conselho Federal de Psicologia; e também um dos fundadores do Sindicato dos Psicólogos e do Instituto de Psicologia Aplicada de Minas Gerais. O psicólogo e médico-psiquiatra faleceu em 1994. Seu trabalho está muito relacionado com a humanização dos serviços de saúde mental, nos quais atuou como psiquiatra e psicólogo, criticando o modelo de internação vigente em sua época.

Para seu filho, João Bessa, que também é psicólogo, a homenagem ao pai é a coroação de todo seu esforço em prol da Psicologia e mostra como suas contribuições foram relevantes, pois mesmo não estando mais presente, seu trabalho continua sendo importante para a formação dos profissionais. “Meu pai sempre foi um questionador. Tinha uma argumentação muito forte e permaneceu ativo nos 75 anos da vida dele”, ressalta.

O Centro de Documentação e Informação (CDI) Halley Bessa está localizado à Rua Tomé de Souza, 860, 10º andar, conjunto 1001 a 1004, Savassi, em Belo Horizonte. Contatos pelo telefone (31) 3262-0091. Atendimento: das 8h às 18h, com Luciana Lacerda.



Fotos: Gustavo Machala

O acervo de livros, cds e dvds do CDI já está disponível para consultas dos psicólogos e estudantes

A CONSTRUÇÃO COLETIVA DE UMA NOVA PSICOLOGIA

Política pública pode ser entendida como um conjunto de atividades dos governos, que são ações diretas ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Em todas as referências pesquisadas, o conceito de "governo" ou "estado" subjaz a definição de políticas públicas. Neste sentido, o governo ou estado é direta, ou indiretamente, o grande responsável pela formulação, execução e controle das políticas públicas.

Contudo, podemos dizer, de um modo geral, que, após as décadas de 80 e 90, no Brasil, por influência dos governos neoliberais, que trouxeram a concepção do Estado mínimo, ou seja, a compreensão que o mesmo deve minimamente prover a população de atividades/ações sociais, ocorreu uma grande proliferação de instituições paraestatais.

Estas, conhecidas como ONGs (organizações não governamentais), OSIPs (organizações sociais de interesse público) ou apenas OS (organizações sociais), vêm cumprindo também um papel de promotoras, executoras e fiscalizadoras das políticas públicas.

Neste sentido, quando dizemos que o psicólogo está cada vez mais inserido nas políticas públicas, estamos nos referindo ao fato de que grande parte dos psicólogos, hoje, no Brasil, estão envolvidos, direta ou indiretamente, com alguma esfera governamental (municipal, estadual ou federal); e/ou com ONGs, OSIPs e OS; ou, ainda, com órgãos de controle social (tais como Conselhos de Saúde, Educação, etc.), seja no papel de gestores, ou de trabalhadores, que executam ou fiscalizam a política pública.

Assim, o Sistema Conselhos abriu um espaço onde esses psicólogos possam se comunicar para troca de experiências, informações e, principalmente, para que, junto com os mesmos, se construam novas referências, teóricas e técnicas que orientem o trabalho do psicólogo nas políticas. Sabemos que a formação acadêmica, por si só, não tem conseguido abarcar sozinha as necessidades de instrumentalização profissional, especialmente no que se refere ao campo das políticas públicas.

Nossa profissão mudou de cara, não somos mais reconhecidos como profissionais que têm um consultório, um divã, e atuam exclusivamente com aqueles que podem pagar uma psicoterapia. A reforma psiquiátrica abriu campo de trabalho para os psicólogos no SUS; nas políticas de saúde; o judiciário ampliou espaço para o psicólogo nas Varas da Infância, da Família, Promotorias e outras; o sistema penitenciário busca a cada dia mais, a contribuição da Psicologia; e, mais recentemente, a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) tem possibilitado postos de trabalho para os psicólogos em inúmeras políticas de caráter social. Além disso, os profissionais têm buscado espaço nas escolas, nos órgãos de trânsito, nos espaços esportivos e hospitalares, dentre outros. Isto tudo requer que possamos construir, juntos, novas referências que orientem essa nova prática; e é neste sentido que o trabalho do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas - Crepop - tem sido inovador e exitoso.

Desde 2006, o Crepop, em âmbito nacional, realiza um trabalho com o objetivo de dar visibilidade às práticas psicológicas aplicadas às políticas públicas.

O Crepop está identificando e buscando oportunidades de inserção dos psicólogos em prestações de serviço em setores públicos e promovendo a inter-

locação com gestores (municipais, estaduais e federais) para formulação de propostas de ação profissional nas esferas estatais. O Crepop-MG tem obtido resultados e conquistas nos propósitos citados, e avançado na interlocução com gestores e também com a categoria.

Apesar das dificuldades concernentes ao número de municípios mineiros (853) e diversidades regionais, já conseguimos realizar um esboço de mapeamento das políticas do Estado e da presença dos psicólogos nas mesmas: visitamos 11 das 17 secretarias estaduais, 13 das 23 cidades mineiras elegidas pelo nosso foco inicial (cidades com mais de 100 mil habitantes), e com isto estamos organizando um material sistematizado de informações que em breve estará disponível na internet por meio do portal do Crepop.

Além disso, outro trabalho que está em andamento é a pesquisa A prática profissional do psicólogo nas políticas públicas. Realizamos encontros presenciais com psicólogos de vários campos, utilizando a metodologia de grupo focal. Nas reuniões, os profissionais relatam suas experiências práticas, suas dificuldades, êxitos, (etc.), e todos os relatos são gravados, transcritos, analisados e transformados em relatório, de forma a produzir uma referência técnica e teórica daquela prática.

Este espaço, segundo os psicólogos que participam, tem sido uma oportunidade única de pessoas, que fazem ações semelhantes em um mesmo projeto ou política, trocar idéias e compartilhar conhecimentos. Em um dos grupos focais (com psicólogos que atuam em Varas de Família no Judiciário) uma psicóloga disse que se sentiu valorizada enquanto profissional pelo CRP-MG, por terem tido a sensibilidade de procurar ouvir os psicólogos sobre sua prática desempenha-

da no dia-a-dia. Os próximos grupos focais serão nos dias:

- DIA 4/6/07 - 2ª Reunião com o grupo que atua no Programa Nacional DST/AIDS
- DIA 25/6/07 - Sistema Prisional
- DIA 13/8/07 - Programa de Saúde Mental - psicólogos que atuam em CAPs.

Caso você esteja atuando nesses programas, por favor, entre em contato com o CRP-MG em BH, ou pelos Escritórios Setoriais. As reuniões ocorrem sempre às 19 horas na sede do CRP-MG, em BH, mas estamos viabilizando a presença de psicólogos do interior do estado, entre em contato para obter mais informações de como participar das reuniões.

Todas as ações do CRP-MG, assim como as desenvolvidas por meio do Crepop, têm como propósito maior contribuir para a transformação da profissão de psicólogo no Brasil, tornando cada dia mais o CRP um local onde o profissional busca referências para embasamento e melhoria de sua prática. Não referências descontextualizadas e teorias e pesquisas desvinculadas da realidade atual e da experiência cotidiana e, sim, referências construídas coletivamente pelo conjunto da categoria através dos relatos da sua prática, por meio da sua participação nessas ações do Conselho. Além disso, almejamos indiretamente que isso possa melhorar a prática do psicólogo nas políticas públicas, atingindo a população mais carente, que hoje constitui o público-alvo do trabalho psicológico neste campo. Participe, dê sua contribuição.

Informações: Crepop-MG - (31) 2138-6758 ou 2138-6767 ou pelo e-mail crepop@crp04.org.br

PRÊMIO "EXPERIÊNCIAS EXITOSAS EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE MINAS GERAIS"

A primeira edição do Prêmio "Experiências Exitosas em Psicologia e Políticas Públicas de Minas Gerais" instituído pelo Conselho Regional de Psicologia Minas Gerais (CRP-MG), está com inscrições abertas até o dia 31 de julho de 2007.

O objetivo da premiação é dar visibilidade a experiências bem sucedidas de Psicologia em Políticas Públicas (saúde, direitos humanos, educação, lazer, meio ambiente, trânsito, trabalho, entre outras), desenvolvidas por psicólogos que tenham contribuído para a promoção e defesa de políticas que cumpram seu caráter público, universal e de qualidade para todos, promovendo igualdade de acesso às mesmas, bem como a sua continuidade - as políticas públicas, aqui referidas, são aquelas que têm como intuito a articulação e defesa dos direitos humanos, em todas as vertentes de luta contra a exclusão social e de defesa da vida.

Além disso o trabalho premiado contará com a divulgação dos nomes dos

ganhadores, publicação do trabalho (no todo ou em parte), retribuição em dinheiro nos valores de R\$ 2.000,00 para trabalhos classificados em primeiro lugar, em cada categoria; R\$ 1.500,00 para trabalhos classificados em segundo lugar, em cada categoria; R\$ 1.000,00 para trabalhos classificados em terceiro lugar, em cada categoria, bem como a entrega pública do Prêmio, certificação.

Para outros detalhes do prêmio, entre no site www.crpmg.org.br e acesse o edital do Prêmio que contém todas as informações ou entre em contato com o CREPOP-MG pelo telefone (31) 2138-6758 ou e-mail crepop@crp04.org.br ou pelo portal: <http://crepop.pol.org.br>.



CREPOP

Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas

ESTAMOS NO CAMINHO CERTO!

Marcos Vinícius Oliveira da Silva - Vice-presidente do Conselho Federal de Psicologia

As ações do Sistema Conselhos têm se pautado, ao longo dos últimos anos, por um esforço de mobilização. Convocar para a ação coletiva é uma tarefa árdua e muitas vezes inglória. A nossa sociedade constrói uma perspectiva individualista, na qual a ruptura dos laços com os espaços de construção comunitária tem se tornado um dos principais indicadores de dificuldades do ponto de vista do próprio tecido social mais amplo.

Produzir o espaço do coletivo como tarefa, então, é fazer uma aposta de interferência social. Ao organizar este Congresso com essa temática, o Sistema Conselhos não fez essa aposta por uma questão tipicamente ideológica, mas por uma absoluta urgência. O negócio ao qual nos dedicamos, o Sistema Conselhos, pressupõe a idéia de profissão. E a existência da profissão se dá por diversos registros. Um dos registros fundamentais é o de um modo de relação com o Estado. Obviamente não é o único, mas tem uma incidência importante no tema que nós vamos trabalhar aqui.

As profissões pressupõem a existência de um arcabouço de fazeres técnicos típicos que são de domínio de alguns sujeitos, sustentado num conhecimento teórico. Nas profissões modernas, esse conhecimento é oriundo das matrizes da racionalidade técnico-científica, distinguindo, assim, aquilo que é uma profissão do que é uma mera ocupação.

Essa discussão sobre o que é uma profissão passa pelo fato de que ela é uma atividade exclusiva daquele grupo. É preciso que esse grupo profissional exerça algum controle sobre o processo de formação dos futuros profissionais. Vista sob esse aspecto, a sociologia das profissões tem um olhar muito pessimista para a Psicologia. A complexidade dos nossos fazeres não pode ser toda explicitada a partir da formação que recebemos num curso de Psicologia e nossas teorias estão absolutamente acessíveis.

Do ponto de vista da clientela que nós temos, são tantos os concorrentes do chamado "mercado da aflição", que, de fato, nós não poderíamos reivindicar a condição de sermos os únicos que temos para oferecer alguma coisa do tipo orientações, conceitos e racionalidades para a vida. Exercemos pouco controle na formação dos futuros profissionais. O Governo estabelece uma política de abertura de ingresso de novos profissionais e nós não temos qualquer controle sobre isso.

A Psicologia como profissão tem dificuldades bastante estruturais para que possa se representar socialmente como uma profissão. A profissão foi legalizada pelo Estado antes que ela existisse plenamente na sociedade. Sem dúvida, o estado brasileiro fez uma grande aposta na promessa que faziam os pais da Psicologia, ao fazer uma profissão derivada da experiência de 800 pessoas, uma profissão que ainda não tinha se desenvolvido e amadurecido, mas que estava colocada como uma potência virtual.

Deixei de dizer dois recursos que a sociologia das profissões aponta como fundamentais para a criação da presença social de uma profissão. O primeiro é a idéia de ideologia profissional, que diz: toda profissão para se afirmar socialmente tem que produzir um discurso sobre si mesma. A presença da profissão tem que ser vista como algo necessário para a sociedade e essa construção é uma construção ideológica. O outro recurso é a capacidade de organização política.

As outras lacunas que temos como profissionais podem ser supridas por esses dois componentes: o da produção de um discurso sobre si mesmo e a instalação de uma competência organizativa. Porém, sem essas duas condições, as outras limitações tendem a se exacerbar, revelando a falta de qualidade da presença desses profissionais capazes de atender a um tipo de necessidade social.

Posso dizer que, nos últimos dez anos, registramos uma mudança importante nesses dois aspectos: a capacidade da auto-organização dos psicólogos e a capacidade de produção de um novo discurso sobre si mesmo. Então, o fato de vocês estarem aqui hoje confirma, pelo menos provisoriamente, minha hipótese de que estamos a caminho.

Conseguimos construir um coletivo que entendeu que transformar o Conselho de Psicologia era fundamental para transformar a Psicologia. O Conselho era a organização que tinha a melhor condição de se posicionar para liderar a profissão em direção a um projeto de mudanças. O número dos que não participam ainda é maior do que o dos que participam; e, se não participam, é porque não conseguimos ser atrativos para que eles pudessem sentir que aqui existem coisas que lhes dizem respeito. Isto continua no horizonte como o grande desafio desse projeto político: ampliar a capacidade de mobilização e de convocação.

Acredito que o que orientava a idéia do compromisso social era uma preocupação com a possibilidade de que os psicólogos formados pelas universidades pudessem ter como trabalhar. Socialmente, se você se forma para uma profissão que a sociedade não absorve, significa que há alguma coisa errada. A idéia do compromisso social introduz essa meta de que os psicólogos possam prestar serviços às pessoas que deles necessitam.

A meta do compromisso social significa uma importante ruptura com uma condição de aliança dos psicólogos, dentro da sociedade brasileira, com uma determinada classe social. A Psicologia sempre foi elitista no seu projeto, porque visava o povo como algo defeituoso, em relação ao qual tinha que oferecer uma contribuição para colocá-lo no lugar certo. Ora, como as elites, historicamente, dentro desse processo de desenvolvimento social do Brasil, têm sofrido uma constrição, logo a equação nos fechou. Essa equação nos remetia a um problema de empregabilidade. A idéia do compromisso social trouxe o conceito de que nós, psicólogos, temos o direito, como cidadãos, de oferecer os nossos serviços àqueles que precisam. Assim, deixa de ser problema que as faculdades formem muitos psicólogos. Então, nós invertemos a equação, criando a possibilidade de que o projeto político passasse a criar condições para que nós pudessemos atender à maioria da população brasileira.

Os Conselhos têm se dedicado a pensar esta dimensão: "Para que uma profissão possa estar socialmente implantada, precisa oferecer seus serviços a toda a sociedade e de que essa é uma boa equação". As políticas públicas abrem a possibilidade de termos uma ação política que não é uma ação de tipo corporativista. Nós invertemos e dizemos que a sociedade brasileira tem direito a um patamar de serviços prestados pelo Estado, serviços de boa qualidade. É preciso que se tenha em conta a dimensão cultural do sujeito, do cidadão como sujeito. Se essa política pública vai olhar o cidadão como um sujeito,

ela vai precisar da ajuda dos psicólogos.

Nós ganhamos triplamente. Primeiro com a questão do cidadão. Estamos em uma sociedade na qual o Estado está garantindo, para a maioria, um patamar de serviços. Em segundo lugar, porque criamos a oportunidade de trabalhar, colocando nossas técnicas de Psicologia a serviço da população; e ganhamos triplamente, porque estamos contribuindo para fazer uma sociedade que seja mais ética, onde todos possam viver mais confortavelmente. Não esqueçamos que essa dimensão ética, associada às políticas públicas e à reivindicação do estado democrático de direito, tem uma potencialidade enorme.

A nossa profissão tem muitos desafios para enfrentar. Hoje, talvez, nós tenhamos uma qualidade de construção social como profissão que nos dá uma chance diante de tantas diversidades. Este momento registra um exercício desse processo de construção. Alguém disse aqui que nós estávamos num momento histórico. É lógico, todos os momentos em que estamos apaixonadamente presentes são históricos. De alguma maneira, é isto que espero do trabalho de vocês nesses dois dias: que sustentem um espírito apaixonado de quem tem a consciência de que, através dessa participação e dessa construção, nós estamos produzindo um futuro para nossa profissão.

Não existe um problema na Psicologia brasileira que não exista um psicólogo brasileiro capaz de resolvê-lo. O nosso grande desafio, como Sistema Conselhos, é saber identificar aonde estão vocês, aqueles que podem resolver o que muitas vezes os que estão na gestão dessa grande entidade ainda não conseguiram perceber e entender, mas que estão fazendo o possível para que isso aconteça.

Mala Direta Postal

9912171645/2007-ECT-DR/MG
Conselho Regional de Psicologia
Minas Gerais - CRP/MG

///CORREIOS///

